

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ADAMI S.A. - MADEIRAS

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

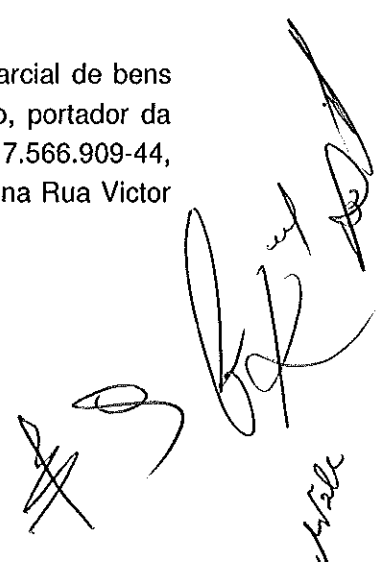
(a) **ADAMI S.A. - MADEIRAS**, sociedade por ações sem registro de emissor perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rua Nereu Ramos, n.º 196, Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.054.478/0001-21, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o NIRE 4230000151-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

Como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.00014373, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

Na qualidade de prestadores de garantia fidejussória no âmbito da Emissão (conforme definida abaixo),

(c) **JOSÉ ADAMI NETO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Carla Maria Busato Adami (abaixo qualificada), engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 192.0418-0 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 417.566.909-44, residente e domiciliado na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rua Victor Batista Adami, n.º 400 ("José");

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the document. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'J. Adami' and others that are more stylized or abbreviated.

(d) **MAURICIO ROBERTO ADAMI TELCK**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Maria de Lourdes Horta de Lima Telck (abaixo qualificada), engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.918.799 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 386.388.949-53, residente e domiciliado na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rua Porto União, n.º 185, apto. 02 ("Maurício" que, em conjunto com José, os "Fiadores");

E, como cônjuges dos Fiadores, expressamente anuindo com a outorga da Fiança (conforme definida abaixo):

(e) **CARLA MARIA BUSATO ADAMI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com José, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 1.341.403-3 e inscrita no CPF/MF sob o n.º 810.675.509-68, residente e domiciliada na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, no mesmo endereço do José indicado acima; e

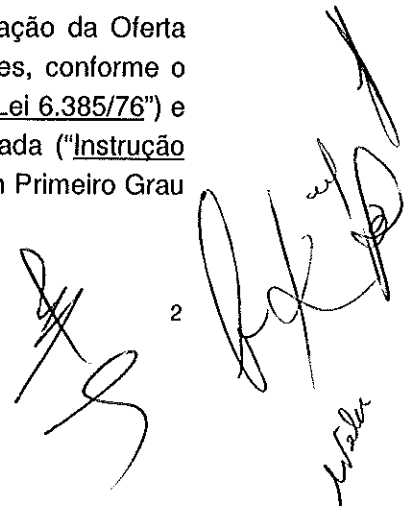
(f) **MARIA DE LOURDES HORTA DE LIMA TELCK**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com Mauricio, professora, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 1.687.074 e inscrita no CPF/MF sob o n.º 391.641.879-34, residente e domiciliada na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, no mesmo endereço do Mauricio indicado acima;

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Adami S.A. - Madeiras" ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral da Emissora, tomada em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2015 ("AGE"), conforme recomendação da Diretoria da Emissora aprovada em Reunião de Diretoria da Emissora realizada em 13 de fevereiro de 2015, na qual foram deliberados (a) a aprovação da Emissão, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (b) a aprovação da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e na Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e (c) a aprovação da constituição da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau e do Penhor Agrícola de Florestas (conforme abaixo definidos).

2



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.384/76.

2.1.2. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"), em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas emitidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do Código ANBIMA, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento").

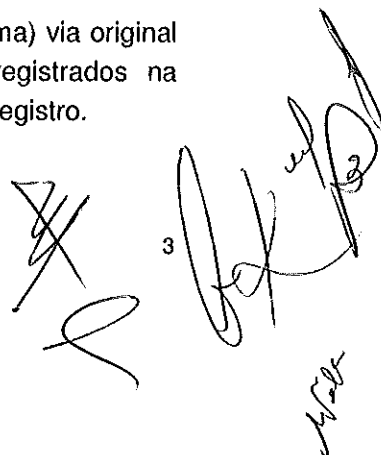
2.2. Arquivamento na JUCESC e Publicação da Ata de AGE.

2.2.1. A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão e a Oferta Restrita será (a) devidamente arquivada na JUCESC, e (b) publicada no jornal "A Folha da Cidade" e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão.

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESC, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESC, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do referido registro.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are three distinct signatures: one on the left, one in the middle with a large '3' next to it, and one on the right. Below the middle signature, there are some handwritten notes and initials.

2.3.3 Em virtude da Fiança de que trata os itens 4.21.4 e seguintes abaixo, de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura de Emissão deverá ser levada a registro nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 3 (três) Dias Úteis contados da presente data, e seus eventuais aditamentos serão averbados à margem dos registros acima, sendo que a Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via desta Escritura de Emissão ou de seus aditamentos, registrada ou averbada, conforme o caso, em cada cartório, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do referido registro ou averbação, restando claro que os respectivos registros ou averbações poderão ser feitos em vias distintas da presente Escritura de Emissão.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP.

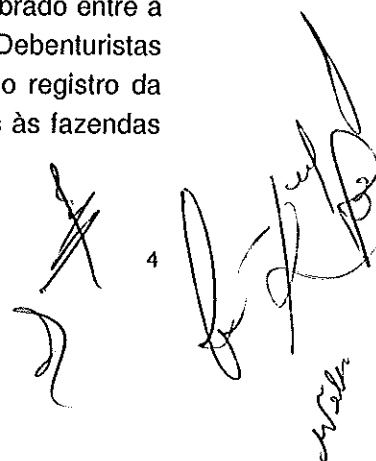
2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o disposto no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Constituição da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau

2.5.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto no item 4.21. abaixo, a Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau será formalizada por meio de escritura pública de garantia hipotecária, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Escritura Pública de Garantia Hipotecária"), e será constituída mediante o registro da Escritura Pública de Garantia Hipotecária na matrícula dos imóveis relativos às fazendas nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

4



2.5.1.1. Observado o disposto no item 4.21.2.4 abaixo, a Escritura Pública de Garantia Hipotecária deverá ser prenotada no Oficial de Registro de Imóveis competente no Dia Útil anterior à primeira Data de Integralização, sendo que o registro na matrícula dos imóveis relativos às fazendas nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes deverá ser realizado nos prazos e de acordo com o previsto na Escritura Pública de Garantia Hipotecária.

2.5.2. Após a realização do registro mencionado no item 2.5.1. acima, a Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do referido registro.

2.6. Constituição do Penhor Agrícola de Florestas

2.6.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto no item 4.21. abaixo, o Penhor Agrícola de Florestas será formalizado por meio do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola de Florestas em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Penhor Agrícola de Florestas" e, em conjunto com a Escritura Pública de Garantia Hipotecária, os "Contratos de Garantia"), e será constituído mediante o registro do Contrato de Penhor Agrícola de Florestas nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, o qual deverá ser realizado nos prazos e de acordo com o previsto no Contrato de Penhor Agrícola de Florestas.

2.6.2. Após a realização do registro mencionado no item 2.6.1. acima, a Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do referido registro ou averbação.

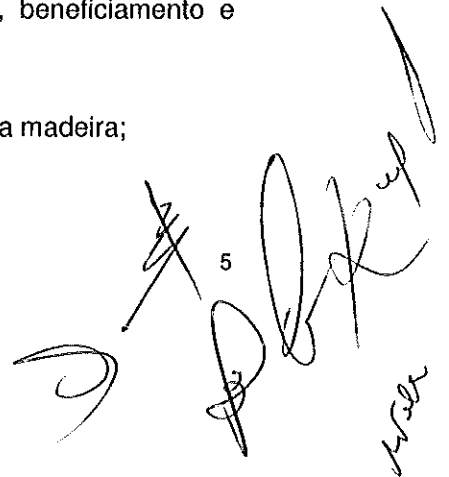
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora.

3.1.1. De acordo com o seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social:

- (a) a industrialização de madeiras e seus derivados;
- (b) a fabricação e comercialização de embalagens em geral, beneficiamento e comercialização de papel e papelão;
- (c) fabricação e comercialização de pasta mecânica e química da madeira;

5



- (d) a agropecuária;
- (e) o transporte rodoviário de cargas;
- (f) o reflorestamento e florestamento;
- (g) o comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, ou de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados *in natura*, brutos, beneficiados ou industrializado, e;
- (h) a prestação de serviços de instalação de produtos de marcenaria e madeira em obras de construção civil.

3.2. Emissão e Série.

3.2.1. A Emissão representa a 1ª (Primeira) emissão de Debêntures da Emissora e será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão.

3.3.1. O valor total da Emissão será de até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), observada a possibilidade de Distribuição Parcial, conforme prevista no item 4.1.6. desta Escritura de Emissão.

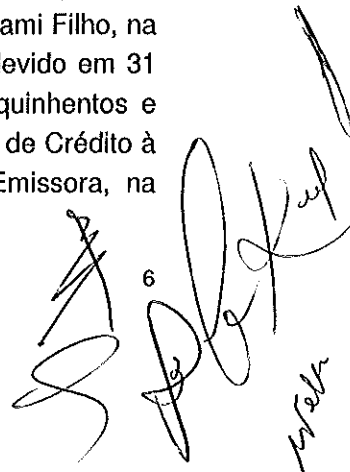
3.4. Quantidade de Debêntures.

3.4.1. Serão emitidas até 15.000 (quinze mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos.

3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures, considerando a possibilidade de Distribuição Parcial, serão destinados à quitação integral dos seguintes financiamentos/mútuos contraídos pela Emissora perante as instituições financeiras a seguir listadas ("Credores Financiamentos"): (i) *Loan Agreement* n.º 20.1053.1 celebrado em 18 de julho de 2011 entre a Emissora, na qualidade de devedora (*borrower*), e o Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch, na qualidade de credor (*lender*), bem como na presença de Mauricio Roberto Adami Telck e Victor Batista Adami Filho, na qualidade de garantidores intervenientes (*guarantors*), cujo valor principal devido em 31 de janeiro de 2015 correspondia a R\$19.520.735,14 (dezenove milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos); e (ii) Cédula de Crédito à Exportação nº 210433511 celebrada em 19 de julho de 2011 entre a Emissora, na

6



qualidade de emitente, e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de credor, bem como na presença de Mauricio Roberto Adami Telck e Victor Batista Adami Filho, na qualidade de avalistas, cujo valor principal devido em 31 de janeiro de 2015 correspondia a R\$11.308.252,26 (onze milhões, trezentos e oito mil e duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos) (em conjunto, "Contratos de Financiamento"). Após a quitação integral dos Contratos de Financiamento, caso haja saldo remanescente dos recursos obtidos com a Emissão, tal saldo remanescente será destinado ao reforço de capital de giro e reperfilamento do endividamento da Emissora.

3.6. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.6.1. A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 1º ao 3º, (parte) e 4º e 5º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"). O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.7. Imunidade ou Isenção de Debenturistas.

3.7.1. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Distribuição e Negociação.

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada sob regime de garantia firme para o montante de R\$70.000.000,00 (setenta milhões) e de melhores esforços para o montante de até R\$80.000.000,00 (oitenta milhões), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), e de outra instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários ("Coordenador") e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores", nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não

7

Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Adami S.A. - Madeiras", a ser celebrado entre a Emissora, os Coordenadores e os Fiadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.1.1. A garantia firme será prestada de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, conforme disposto no Contrato de Distribuição.

4.1.2. O público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados (conforme a seguir definidos), assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), observado que (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão, obrigatoriamente, subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures equivalentes a no mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto (a) os Coordenadores somente poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (b) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos no item 4.1.3. acima.

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição das Debêntures descrito neste item 4.1.

4.1.4.1 Os Coordenadores e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.5. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos,

1	4	1	1	8		4	7	4	1	1		6	1		2	1
	5	1	6	9		1				7						
	2	3	5	7		1	1			8						
1	7	6	1	1		1				5						
5		1				5	7	7	1	9					4	3

4.1.6. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, objeto de melhores esforços, desde que haja colocação de um montante mínimo de 10.000 (dez mil) Debêntures, no valor mínimo total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Montante Mínimo"), sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta Restrita serão canceladas pela Emissora ("Distribuição Parcial"). Caso haja a Distribuição Parcial a presente Escritura de Emissão será aditada, nos termos do item 4.1.5.1. acima.

4.1.6.2. Na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, os Investidores Qualificados que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta Restrita receberão dos Coordenadores os montantes utilizados na integralização das Debêntures, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do término da colocação das Debêntures, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Emissora aos referidos Investidores Qualificados.

4.1.7. No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por

$$\begin{array}{cccccccccccc}
 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 \\
 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 \\
 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 \\
 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 \\
 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12
 \end{array}$$

da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau e do Penhor Agrícola das Florestas, serão automaticamente convoladas em da espécie com garantia real, não sendo necessária nova aprovação pela Emissora ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para tanto.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização.

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) desde a 1ª (primeira) Data de Integralização ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Subscrição, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em observância aos procedimentos da CETIP.

4.7. Prazo de Vencimento.

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de março de 2020 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização.

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, em 17 (dezessete) parcelas consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 27 de março de 2016 e os demais pagamentos nas datas e nas proporções indicadas na tabela constante do Anexo I desta Escritura de Emissão (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures" e "Amortização", respectivamente). As Debêntures não serão objeto de amortização extraordinária.

4.9. Remuneração.

4.9.1. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 4,00% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Spread"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread, 4,0000 (quatro inteiros); e

DP É o número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

- 4.9.2.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 4.9.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 4.9.2.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4.9.2.4. O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a

Emissora e Debenturistas que representem mais de 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata die* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que após o pagamento da última parcela as Debêntures serão canceladas. O cronograma não excederá a Data de Vencimento, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Emissora até a integral quitação das Debêntures, as Debêntures farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes.

4.9.6. Farão jus aos pagamentos de Remuneração e Amortização aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Amortização das Debêntures (conforme abaixo definidos).

4.9.7. A Emissora, desde já, concorda com o disposto nos itens 4.9.4. a 4.9.6. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.10. Pagamento da Remuneração

com os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

4.14.1.1. A Oferta de Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante (a) publicação de aviso dirigido à totalidade dos Debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão; ou (b) comunicação individual dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data de Resgate Antecipado das Debêntures ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures"); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao valor de liquidação antecipada; (iv) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (v) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (vi) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

4.14.1.2. Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado, à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado.

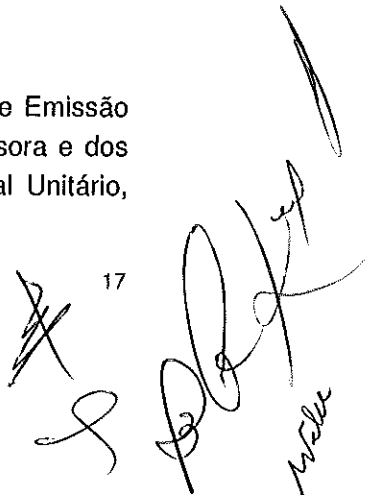
4.14.1.3. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante da Emissão, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14.1.4. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora. Os Debenturistas deverão ainda observar os procedimentos da CETIP para operacionalizar a Oferta de Resgate Antecipado, sob condição de não terem suas Debêntures resgatadas antecipadamente.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora e dos Fiadores o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário,

17



conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.15.2. e 4.15.3. abaixo, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

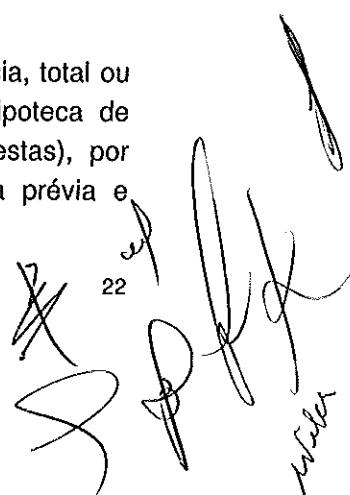
4.15.2. *Eventos de Vencimento Antecipado Automático*: Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais e/ou liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (b) (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, não devidamente elidido no prazo legal; (ii) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autofalência pela Emissora; (iv) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso, pela Emissora, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) inadimplemento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou aos Contratos de Garantia, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (d) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores assumidas com qualquer dos Debenturistas, decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais, local ou internacional;
- (e) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Emissora e/ou os Fiadores, ressalvado o disposto no item "d" acima, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

- (f) destinação dos recursos captados por meio da Emissão para finalidade diversa da estabelecida no item 3.5.1. acima;
- (g) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (a) tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando mais de 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações);
- (h) transformação da forma societária da Emissora, de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração do capital e/ou de distribuição de lucros estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente e/ou em mora com relação às suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;
- (j) de acordo com os termos e condições previstos na Escritura Pública de Garantia Hipotecária e/ou no Contrato de Penhor Agrícola de Florestas (inclusive eventual prazo de cura), não atendimento, pela Emissora, do Índice Mínimo de Garantia (conforme abaixo definido) em qualquer Data de Verificação (conforme abaixo definido) e/ou das obrigações de reforço da Escritura Pública de Garantia Hipotecária e/ou do Contrato de Penhor Agrícola de Florestas;
- (k) caso esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia ou qualquer disposição relevante da Emissão sejam, pela Emissora, seu controlador ou qualquer de suas controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), e/ou pelos Fiadores, questionados judicialmente, revogados, rescindidos, anulados ou deixem, por qualquer razão, de estar válidos e em vigor;
- (l) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de

- (d) existência de decisão judicial transitada em julgado, ou de decisão arbitral definitiva de natureza condenatória que condene a Emissora ao pagamento de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (e) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias (i) sejam falsas, ou (ii) em qualquer aspecto relevante, incorretas, incompletas ou enganosas;
- (f) não constituição das Garantias, nos termos e prazos definidos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (g) (i) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora, que importem em infração à legislação socioambiental e que afete a condução das atividades da Emissora (ii) inobservância da Legislação Socioambiental, perda e não renovação das licenças e autorizações socioambientais da Emissora, verificada por autoridade pública competente, pelos meios previstos em lei, por ato administrativo terminativo ou judicial em qualquer instância e que afete a condução das atividades da Emissora, e/ou (iii) inobservância das condicionantes das licenças e autorizações socioambientais da Emissora que afete a condução das atividades da Emissora, verificada por autoridade pública competente, pelos meios previstos em lei, por ato administrativo terminativo ou judicial em qualquer instância. Para fins desta Escritura de Emissão, "Legislação Socioambiental" significa as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho escravo e infantil;
- (h) desapropriação, nacionalização, confisco, arresto, sequestro, penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique a perda de bens de posse e/ou propriedade da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, em qualquer destes casos, represente percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) do ativo permanente;
- (i) cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, total ou parcial, de ativos da Emissora (que não os bens objeto da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau e/ou do Penhor Agrícola de Florestas), por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, sem a anuência prévia e

22



da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, ou (b) no caso de um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, (b1) da declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, nos termos do item 4.15.5.1. (caso a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada) ou (b2) da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas em que foi declarado o vencimento antecipado.

4.16. Multa e Juros Moratórios.

4.16.1. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos.

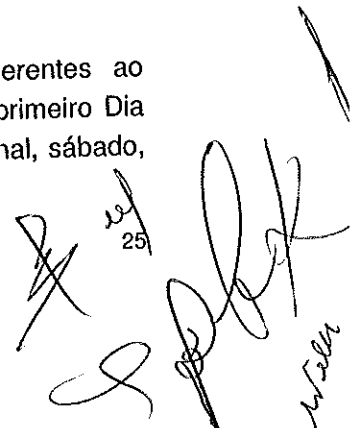
4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará na perda do direito ao recebimento de Remuneração, Encargos Moratórios e/ou qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.18. Forma e Local de Pagamento.

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso. Quaisquer pagamentos que forem devidos pelos Fiadores serão efetuados por meio do Escriturador Mandatário ou na sede ou domicílio dos Fiadores, conforme o caso.

4.19. Prorrogação dos Prazos.

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado,

 25

domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo, também sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado declarado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia, que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

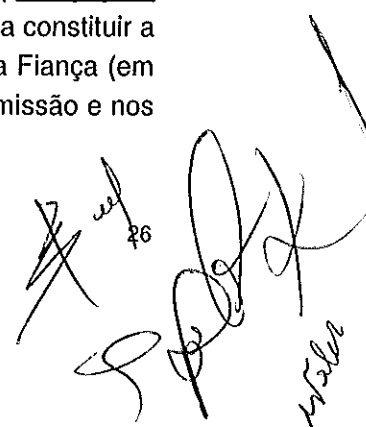
4.20. Publicidade.

4.20.1. Todos os atos, decisões relevantes e comunicações relativos exclusivamente à Emissão, à Oferta Restrita e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal "A Folha da Cidade", ou nos jornais à época utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.21. Garantias.

4.21.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, abrangendo o Valor Nominal Unitário, Remuneração, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, no âmbito da Emissão, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas"), a Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a constituir a Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau, o Penhor Agrícola de Florestas e a Fiança (em conjunto, as "Garantias") nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia.

26
27



4.21.1.1 Qualquer das Garantias poderá ser livremente excutida pelo Agente Fiduciário, quantas vezes julgar necessário, na ocorrência de inadimplemento por parte da Emissora de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, não havendo qualquer ordem de preferência.

4.21.1.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, em nome da Emissora, promover o registro das Garantias, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos do artigo 62, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A eventual realização dos registros pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.21.1.3. Caso a Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau ou o Penhor Agrícola de Florestas venha a se tornar insuficiente, a exclusivo critério do Agente Fiduciário, este poderá solicitar a substituição ou reforço da garantia considerada insuficiente, na forma do art. 333, inciso III do Código Civil, e nos termos dos Contratos de Garantia.

Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau

4.21.2. Nos termos da Escritura Pública de Garantia Hipotecária, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a hipoteca de primeiro grau sobre imóveis objetos de determinadas matrículas do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada, Santa Catarina ("Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau" e "Imóveis", respectivamente).

4.21.2.1. As Partes neste ato reconhecem a existência, nesta data, de (a) garantia hipotecária em 1º (primeiro) grau sobre os Imóveis para garantir as obrigações da Emissora em decorrência dos Contratos de Financiamento perante os Credores Financiamento ("Garantia Hipotecária Credores Financiamento"); e (b) garantia hipotecária em 2º (segundo) grau sobre os Imóveis ("Hipoteca de Fazendas em Segundo Grau") para garantir as obrigações da Emissora em decorrência de (i) Cédula de Crédito à Exportação nº 100113110016900 celebrada em 28 de novembro de 2013 entre a Emissora, na qualidade de emitente, e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de credor, bem como na presença de José Adami Neto e Victor Batista Adami Filho, na qualidade de avalistas, cujo valor principal devido em 31 de janeiro de 2015 correspondia a R\$40.469.255,63 (quarenta milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos) ("CCE"); e (ii) *Fixed Rate Note (Brazilian Real Note)* nº 4056015, emitida pela Emissora em 04 de dezembro de 2013 em favor do portador da *Fixed Rate Note*, que é representado pelo Banco Santander (Brasil)

27

S.A. - Grand Cayman Branch, cujo valor principal devido em 31 de janeiro de 2015 correspondia a R\$41.060.392,04 (quarenta e um milhões, sessenta mil e trezentos e noventa e dois reais e quatro centavos) ("Nota Comercial" que, em conjunto com a CCE, "Operações Garantidas por Hipoteca em 2º Grau").

4.21.2.2. Mediante a liberação da Garantia Hipotecária Credores Financiamento, a garantia hipotecária subjacente às Operações Garantidas por Hipoteca em 2º Grau automaticamente seriam beneficiários de garantia hipotecária em 1º (primeiro) grau.

4.21.2.3. A Emissora compromete-se a realizar todas as providências necessárias, inclusive perante o Ofício de Registro de Imóveis de Ponta Serrada, Santa Catarina para a devida constituição da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão e na Escritura Pública de Garantia Hipotecária.

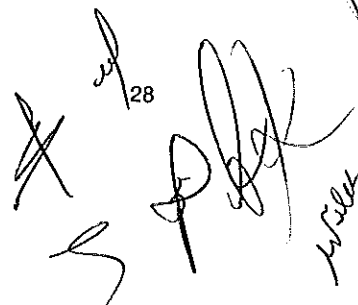
4.21.2.4. Tendo em vista o item 4.21.2.1 acima, observado o disposto no item 4.21.2.2, as Partes neste ato reconhecem e concordam que a Escritura Pública de Garantia Hipotecária consignará em um único ato (i) a liberação da Garantia Hipotecária Credores Financiamento; (ii) a expressa anuência dos credores das Operações Garantidas por Hipoteca em 2º Grau quanto à constituição da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau; (iii) a constituição da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau; e (iv) o aditamento da garantia hipotecária subjacente às Operações Garantidas por Hipoteca em 2º Grau para excluir de tal garantia quaisquer plantações ou florestas utilizadas pela Emissora no Manejo das Florestas (conforme definição constante do Penhor Agrícola de Florestas).

4.21.2.5. A constituição da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau deverá observar o disposto na Cláusula 2.5.1.1. desta Escritura de Emissão e deverá subsistir até a efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

Penhor Agrícola de Florestas

4.21.3. Nos termos do Contrato de Penhor Agrícola de Florestas, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, outorgará, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, o penhor agrícola em primeiro e único grau e sem concorrência de terceiros sobre as florestas, de propriedade da Emissora, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e impedimentos de qualquer tipo, localizadas nos imóveis objeto de determinadas matrículas do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Ponta Serrada, Santa Catarina ("Penhor Agrícola de Florestas"), ressalvados aqueles expressamente previstos no Penhor Agrícola de Florestas, especificamente relativas ao Manejo de Florestas (conforme definição constante do Penhor Agrícola de Florestas).

28



4.21.3.1. O vínculo real a ser estabelecido pelo Penhor Agrícola de Florestas será transferido automaticamente a qualquer produto ou subproduto decorrente do processo de beneficiamento ou transformação, ficando desde já estabelecido que os direitos dos Debenturistas sobre os produtos ou subprodutos das florestas objeto do Penhor Agrícola de Florestas independem do resultado que será efetivamente obtido com o beneficiamento e transformação de tais florestas, observadas as atividades relativas ao Manejo de Florestas (conforme definição constante do Penhor Agrícola de Florestas) e o Índice Mínimo de Garantia.

4.21.3.2. A constituição do Penhor Agrícola de Florestas deverá observar o disposto na Cláusula 2.6.1. desta Escritura de Emissão e deverá subsistir até a efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

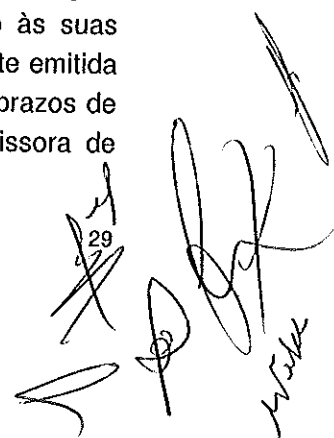
Fiança

4.21.4. Os Fiadores, por este ato e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, ao pagamento de todas as Obrigações Garantidas. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.21.4.1 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores das Obrigações Garantidas, solidariamente responsáveis com a Emissora, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.21.4.2 Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado nos mesmos termos e condições dos pagamentos realizados pela Emissora em decorrência de suas obrigações assumidas no âmbito da presente Emissão e da emissão das Debêntures, sem prejuízo do disposto no item 4.18. acima.

4.21.4.3 O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago pelos Fiadores em até 2 (dois) Dias Úteis após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas aos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller ones.

$$\begin{array}{cccccccccccc}
\begin{array}{c} 1 \\ 2 \\ 3 \\ 4 \\ 5 \end{array} & 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 \\
1 & 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 \\
2 & 2 & 1 & 4 & 5 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 & 3 \\
3 & 3 & 2 & 1 & 6 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 & 4 & 5 \\
4 & 4 & 3 & 2 & 1 & 7 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 & 5 & 6 \\
5 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 8 & 9 & 10 & 11 & 12 & 6 & 7 \\
6 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 9 & 10 & 11 & 12 & 7 & 8 \\
7 & 7 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 10 & 11 & 12 & 8 & 9 \\
8 & 8 & 7 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 11 & 12 & 9 & 10 \\
9 & 9 & 8 & 7 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 12 & 10 & 11 \\
10 & 10 & 9 & 8 & 7 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 11 & 12 \\
11 & 11 & 10 & 9 & 8 & 7 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1 & 12 \\
12 & 12 & 11 & 10 & 9 & 8 & 7 & 6 & 5 & 4 & 3 & 2 & 1
\end{array}$$

30

Debêntures, acrescido da Remuneração e de quaisquer multas, penalidades e Encargos Moratórios, se houver ("Índice Mínimo de Garantia").

4.21.4.10 A verificação do Índice Mínimo de Garantia será realizada anualmente, pelo Agente Fiduciário, contada a partir da primeira Data de Emissão (sendo cada uma dessas datas, uma "Data de Verificação"), mediante envio, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Verificação, de laudo de avaliação atualizado dos bens objeto da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau e do Penhor Agrícola de Florestas emitido até 6 (seis) meses antes de sua apresentação na respectiva Data de Verificação. A critério da Emissora, a avaliação poderá ser realizada em prazo inferior a 1 (um) ano.

4.21.4.11. As obrigações da Emissora de reforço e complemento do Índice Mínimo de Garantia deverão observar os procedimentos previstos na Escritura Pública de Garantia Hipotecária e no Contrato de Penhor Agrícola de Florestas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

5.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de notas explicativas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; bem como (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora atestando, na forma de seu estatuto social: (A) que permanecem válidas as disposições contidas na presente Escritura de Emissão; (B) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora previstas na presente Escritura de Emissão; (C) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados; e (D) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; (3) relatório específico de apuração dos Índices

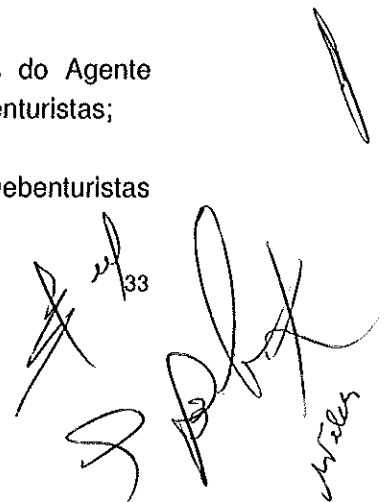
31
[Handwritten signatures and initials]

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

- 32

termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (c) submeter suas demonstrações financeiras anuais e semestrais a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (b) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos das alíneas (d) deste item 5.1.
- (f) observar as disposições da Instrução da CVM nº. 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 5 (cinco) Dias Úteis o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;
- (g) constituir as Garantias nos termos e prazos indicados nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia e entregar, ao Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) meses a contar desta data, o primeiro laudo de avaliação dos bens objeto da Hipoteca de Fazendas em Primeiro Grau, o Penhor Agrícola de Florestas, o qual deverá ser atualizado anualmente até a Data de Vencimento das Debêntures, nos termos e prazos previstos na Cláusula 4.21.4.10 acima;
- (h) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (i) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (j) atender, em no máximo 5 (cinco) Dias Úteis, às solicitações do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas;
- (k) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas

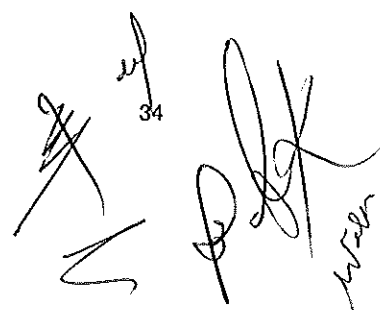


Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 33.

para deliberar sobre quaisquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, a Oferta Restrita, as Garantias e as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da Escritura de Emissão, mas não o faça;

- (l) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (m) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado em até 2 (dois) Dias Úteis em que tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (n) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, objeto social e com esta Escritura de Emissão, que possam, direta ou indiretamente, comprometer o cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (o) manter o Índice Mínimo de Garantia durante toda a vigência das Debêntures, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (p) manter atualizado relatório emitido por agência de classificação de risco (Fitch Ratings, Standard and Poors ou Moody's) para a Emissão durante toda a vigência das Debêntures, sendo que referido relatório deverá ser enviado ao Agente Fiduciário anualmente;
- (q) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (r) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

34



descumprimento da Legislação Socioambiental; (2) ocorrência de dano ambiental; e/ou (3) instauração e/ou existência de processo administrativo ou judicial relacionado a aspectos socioambientais;

- (z) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e à Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade da Emissora, bem como manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (aa) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), conforme alterada, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (bb) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estão em processo de renovação;
- (cc) manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- (dd) encaminhar ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, cópia autenticada do comprovante de quitação ou documento similar que demonstre que os recursos oriundos da Emissão destinados à quitação dos Contratos de Financiamento foram utilizados para a destinação de recursos prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (ee) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP.

5.2. As obrigações adicionais dos Fiadores são as listadas a seguir:

36

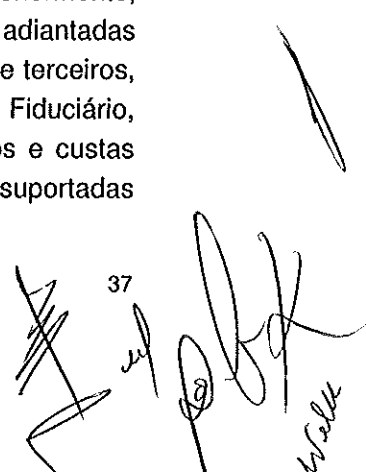
- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua ciência, informações ou documentos a respeito da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado relacionado aos Fiadores; e
- (b) conforme seja o caso, manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas, se houver.

5.3. As despesas a que se refere a alínea (w) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação em geral, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- (e) despesas de viagem, alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (f) mediante, sempre que possível, prévia aprovação da Emissora, despesas com especialistas, contratados para defesa dos interesses dos Debenturistas; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas

37



pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.5. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas listadas na Cláusula 5.3. acima reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo esta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

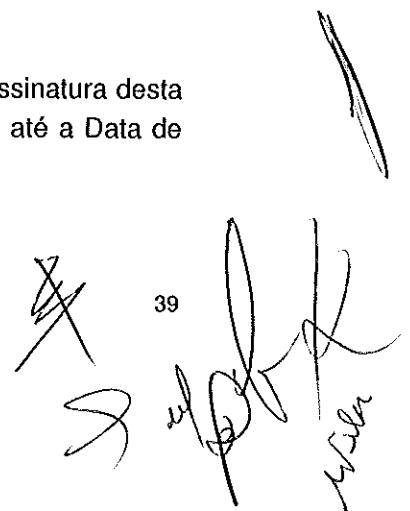
6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor, bem como está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de incompatibilidade e restrições previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28, bem como no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora e com os Fiadores que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e pela CVM, em especial das disposições contidas na Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário;
- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (l) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

39



- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) verificar, em cada Data de Verificação, o Índice Mínimo de Garantia e, caso não seja observado em qualquer Data de Verificação, tomar as providências necessárias para declaração de Evento de Vencimento Antecipado Automático nos termos desta Escritura de Emissão;
- (f) promover, nos competente órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias prestadas pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (i) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (j) intimar a Emissora e os Fiadores a reforçar as Garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais, distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou dos Fiadores, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, às expensas da Emissora;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando aplicável ao Agente Fiduciário, a Assembleia Geral de

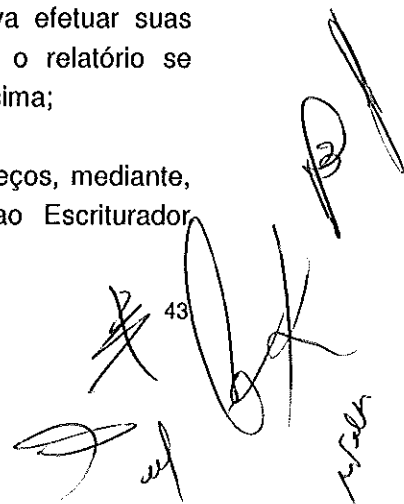
[illegible]

- antias das
- ebêntures,
- coligada,
- nissora em
- 42
- Weller

que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (p) colocar o relatório de que trata a alínea "n" acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (q) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador.

43



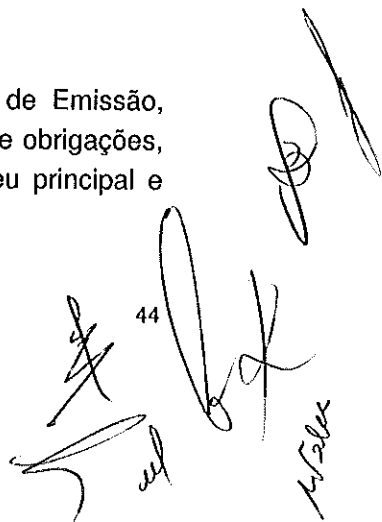
Mandatário, à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;

- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (u) divulgar as informações referidas no item "x" da alínea "n" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (v) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente o cálculo do valor unitário das Debêntures realizado pela Emissora, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br;
- (w) acompanhar junto ao Escriturador Mandatário em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (x) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, especialmente os prazos de cura em caso de inadimplemento de obrigações, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

44



- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar as Garantias, nos termos do item 4.21. acima e do previsto nos Contratos de Garantia.

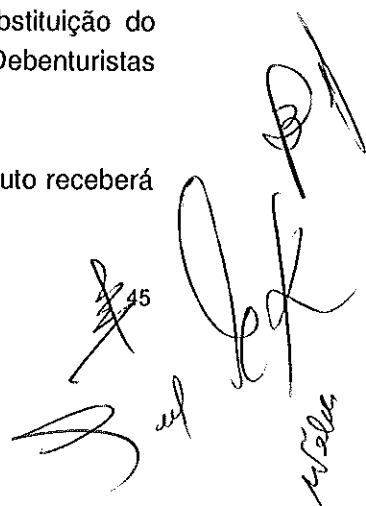
6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c" e "e" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'Sul' and another that looks like 'M. Silva'.

a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESC.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

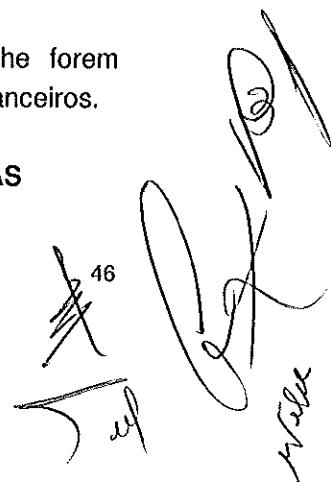
6.7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

6.7.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.9. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

46



disposições relativas às Garantias; ou (l) da redação de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Vencimento Antecipado, aplicar-se-á o disposto no item 7.6 acima.

7.7. Serão consideradas como "Debêntures em Circulação" para todos os fins desta Escritura de Emissão, inclusive de quórum, as Debêntures emitidas pela Emissora, excluídas as Debêntures que a Emissora possua em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador, Fiadores, ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou sociedades sob controle comum, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, vincularão a mesma e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

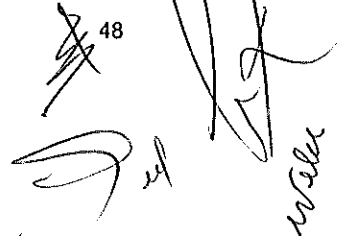
7.11. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão e dos Contratos de Garantia e ao

48



1	4	1	2	6	5	7	3	8	9	10	11	12
4	2	6	8	5	3	7	9	10	11	12	1	2
1	5	4	6	7	3	1	4	8	9	10	11	12
2	6	8	1	5	7	3	9	10	11	12	1	2
1	4	1	2	6	5	7	3	8	9	10	11	12

- ns previstos
- ezembro de
- 49
- Wiel

2013, 2012 e 2011, representam corretamente em todos os seus aspectos relevantes a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (j) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (k) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou coloque em risco a capacidade da Emissora de cumprir com o disposto nesta Escritura de Emissão;
- (l) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (m) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Qualificados são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (o) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequível de acordo com

50


Wales

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85															

- 8.2. Os Fiadores neste ato declaram que:

- 51

- (c) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas, conforme aplicável: (i) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual os Fiadores sejam parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (ii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face dos Fiadores que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (iii) não resultarão em: (1) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem dos Fiadores; e
- (e) não há qualquer ligação entre os Fiadores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.3 A Emissora e os Fiadores, em caráter irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos dos itens 8.1. e 8.2. acima.

8.4 Sem prejuízo do disposto no item 8.2 acima, a Emissora e os Fiadores, conforme o caso, obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações prestadas nos termos dos itens 8.1. e 8.2. acima seja falsa e/ou incorreta.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature, the number '52', and several other initials.

Para a Emissora:

ADAMI S.A. - MADEIRAS

Rua Nereu Ramos, nº196, Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina

At.: Sr. Hideo Ogassawara

Telefone: (49) 3561-3248

E-mail: hideo@adami.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, Cidade e Estado do Rio de Janeiro

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para os Fiadores:

JOSÉ ADAMI NETO

Rua Victor Batista Adami, n.º 400

E-mail: jose.adami@adami.com.br

MAURICIO ROBERTO ADAMI TELCK

Rua Porto União, n.º 185, apto. 02

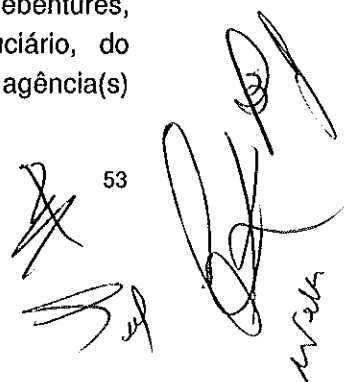
E-mail: mauricio.telck@adami.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fac-símile, correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10 (dez) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DOS CUSTOS DAS DEBÊNTURES

10.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita e a Emissão ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, do auditor independente, da(s) agência(s)

53

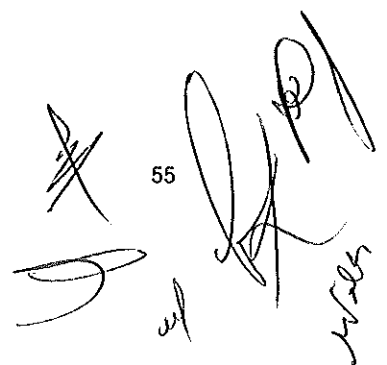


E, por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Caçador, SC, 13 de fevereiro de 2015.

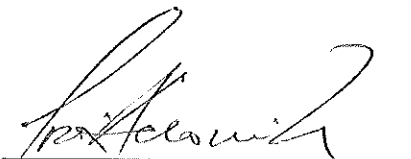
* * * *

55

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are three distinct signatures, some appearing to be initials, and a small number '55' written near the center of the group.

Página de Assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da espécie com Garantia Adicional Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Adami S.A. - MADEIRAS

ADAMI S.A. - MADEIRAS



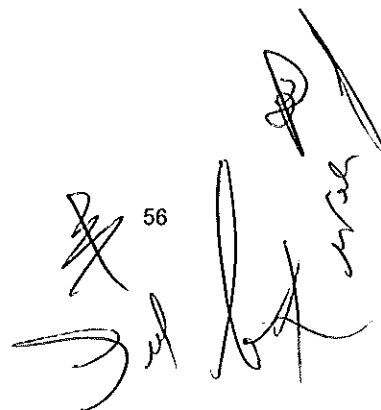
Nome: JOSÉ ADAMI NETO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE
CPF. 417.566.909-44



Nome: MAURICIO ROBERTO ADAMI TELCK
Cargo: DIRETOR
CPF. 386.388.949-53



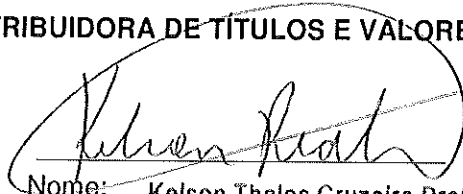
VICTOR BATISTA ADAMI FILHO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF. 812.698.119-91

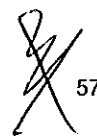





56

Página de Assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da espécie com Garantia Adicional Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Adami S.A. - MADEIRAS

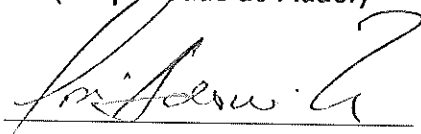
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Kelson Thales Cruzeiro Prates
Cargo: Procurador

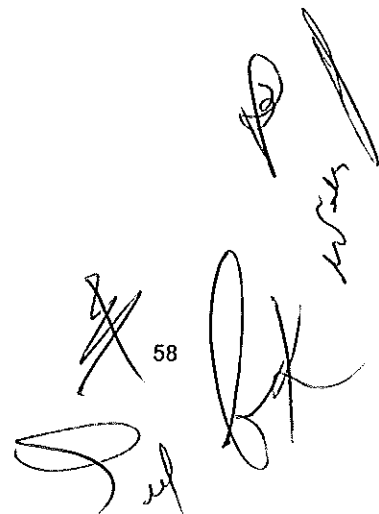

 57



melo

Página de Assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da espécie com Garantia Adicional Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Adami S.A. - MADEIRAS

JOSÉ ADAMI NETO
(na qualidade de Fiador)



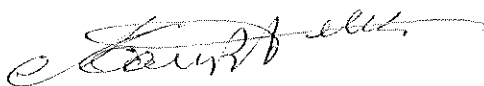
CARLA MARIA BUSATO ADAMI
(na qualidade de cônjuge do José)



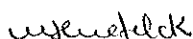
58

Página de Assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da espécie com Garantia Adicional Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Adami S.A. - MADEIRAS

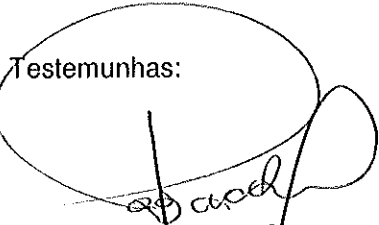
MAURICIO ROBERTO ADAMI TELCK
(na qualidade de Fiador)



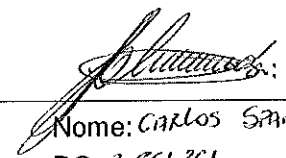
MARIA DE LOURDES HORTA DE LIMA TELCK
(na qualidade de cônjuge do Mauricio)



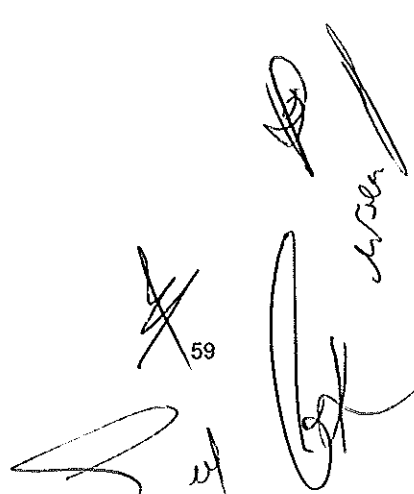
Testemunhas:



Nome: PAULO ROBERTO BACCHI
RG: 8.866.330-9
CPF/MF: 711.509.198-68



Nome: CARLOS SPANHOL DE ALMEIDA
RG: 2.661.261
CPF/MF: 762.774.889-53



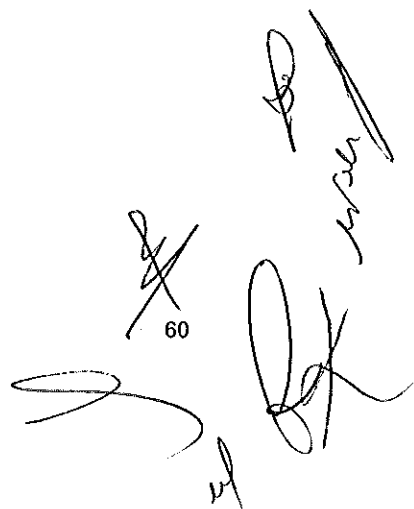
59

ANEXO I

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Data de Amortização	Percentual de Amortização
27/03/2016	5,8823%
27/06/2016	5,8823%
27/09/2016	5,8823%
27/12/2016	5,8823%
27/03/2017	5,8823%
27/06/2017	5,8823%
27/09/2017	5,8823%
27/12/2017	5,8823%
27/03/2018	5,8823%
27/06/2018	5,8823%
27/09/2018	5,8823%
27/12/2018	5,8823%
27/03/2019	5,8823%
27/06/2019	5,8823%
27/09/2019	5,8823%
27/12/2019	5,8823%
27/03/2020	Saldo

60



ANEXO II


CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO

Datas de Pagamento da Remuneração
27/06/2015
27/09/2015
27/12/2015
27/03/2016
27/06/2016
27/09/2016
27/12/2016
27/03/2017
27/06/2017
27/09/2017
27/12/2017
27/03/2018
27/06/2018
27/09/2018
27/12/2018
27/03/2019
27/06/2019
27/09/2019
27/12/2019
27/03/2020



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/03/2015 SOB Nº: ED001848000
Protocolo: 15/056443-0, DE 02/03/2015

Empresa: 42 3 0000151 1
ADAMI S/A MADEIRAS -


ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL